

DISCURSO DE POSSE DE CARLOS SILVA

Boa noite Senhoras e Senhores convidados.

Boa noite colegas Auditores-Fiscais do Trabalho.

Boa noite colegas da Diretoria Executiva Nacional do Sinait, Delegados Sindicais e Conselheiros Fiscais.

Parabéns a todos os eleitos e a nossa categoria pela demonstração de maturidade no processo eleitoral, com uma expressiva participação, fazendo uso de nossos institutos democráticos para decidir acerca da condução da representação dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Mais uma vez o Sinait os recebe com amizade e gratidão, nossos parceiros de luta cotidiana, Auditores-Fiscais do Trabalho, familiares, sindicalistas, companheiros de uma caminhada que tem sido árdua, repleta de obstáculos e armadilhas. Diante deles, nos descobrimos fortes, estreitamos nossa união e combatemos o bom combate, sempre com transparência e dignidade. São armas capazes, uma vez que usam como munição a verdade, da qual não nos afastamos.

Partimos para um mandato de três anos, com um leque de imensos desafios que exigem muito de todos nós.

Sabemos o que somos – SERVIDORES PÚBLICOS, CONCURSADOS, QUALIFICADOS, COMPROMISSADOS COM O SERVIÇO AO PÚBLICO.

Atacados e deliberadamente difamados pelo próprio governo, estamos conscientes de que há um projeto muito bem orquestrado que ampara o sucateamento geral do serviço público, de entreguismo e privatização, que afeta não só os servidores, mas toda a população, desenhando um desolador cenário de retrocessos sociais, previdenciários, trabalhistas e humanos.

Este é o nosso triste choque de realidade. Não há alternativa senão enfrentá-lo.

Um show de horrores se estende à nossa frente e não podemos naturalizá-lo. É indispensável manter a indignação perante declarações e atitudes inescrupulosas, que revelam abertamente o âmago de negociatas políticas em troca de aprovação de projetos e medidas que só prejudicam o país.

Há uma crise, sim, moral, ética. Arriscamos dizer que talvez seja muito mais grave que a crise econômica, posto que é muito mais difícil de ser extinta. Contamina todos os ambientes e precisa ser combatida. Esta é a erva daninha a ser extirpada, a raiz de todos os problemas, que se alastra e ameaça desfigurar nossa Constituição Cidadã e a Consolidação das Leis do Trabalho.

Mas, a indignação não basta. Sem reação, ela é inócuia. Com essa percepção, fundamental para empreender uma luta que tenha possibilidade de êxito, o Sinait tece sua rede, exerce seu protagonismo. Juntos, somos mais fortes. Juntos, no âmbito da categoria. Juntos, no âmbito do serviço público. Juntos, no âmbito do movimento dos trabalhadores. A união é a nossa única chance.

A situação geral de ataques e sucateamento imposta ao serviço público se reproduz no Ministério do Trabalho. Isso denunciamos há tempos. Ousamos dizer que o governo está sendo particularmente feroz contra a Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Uma série de medidas, meticulosamente calculadas, tem tentado fragilizar e retirar poderes da fiscalização. Atendem a interesses confessos da bancada empresarial no Congresso Nacional, de contumazes descumpridores da legislação trabalhista, inimigos dos trabalhadores, eternos insatisfeitos com a Fiscalização do Trabalho. Os Auditores-Fiscais do Trabalho não abrirão mão da defesa diária das leis e normas que garantem e protegem direitos, que impedem a instalação da barbárie.

Barbárie que está à espreita, sob o manto da reforma trabalhista, à qual fazemos declarada oposição e que tem muitos pontos flagrantemente inconstitucionais, como denunciamos durante a tramitação do projeto. A Constituição Federal, a primeira lei, será sempre o grande farol dos

Auditores-Fiscais do Trabalho, pois abriga os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho.

A “deforma” – ou reforma, como é chamada pelo governo – é uma reunião das piores medidas, já fracassadas em países que adotaram regras semelhantes, e que sinalizam voltar atrás diante de tantos efeitos colaterais causados. As populações empobreceram, a arrecadação do Estado caiu. Nenhum estudo há que nos convença de que por aqui será diferente. Pelo contrário, muitos admitem que é uma verdadeira aposta no escuro, uma roleta russa. Sabemos que a bala vai estourar na cabeça do trabalhador, do servidor público e da sociedade.

A reforma tenta legalizar ilegalidades que os Auditores-Fiscais do Trabalho combatem diariamente. Nada traz de positivo. Vai precarizar empregos, criar exércitos de trabalhadores sem direitos, rebaixar direitos dos que estão empregados, legalizar o “bico”, gerar demissão pelos atuais contratos que serão substituídos por terceirizados ou por novos tipos de contrato, inseguros e indecentes.

A fiscalização, nesse contexto, segue sob ataque, tal como a Magistratura e o Ministério Público do Trabalho, com dificuldades que vêm sendo agravadas pelo atual governo. A queda do número de Auditores-Fiscais vem de longa data, sem sinal de realização de concurso público para repor mais de 1.200 cargos vagos na carreira.

Uma das consequências é, por exemplo, a redução de equipes do Grupo Móvel de combate ao trabalho escravo, de nove para quatro. O número de ações caiu drasticamente, impactada também pelo movimento grevista ao qual a categoria foi impelida pelo governo numa negociação que durou mais de dois anos.

Para complicar, o corte de 70% dos recursos, num orçamento já bastante enxuto, paralisou as fiscalizações de combate ao trabalho escravo e comprometeu todas as demais áreas. Não há hipótese de promover um corte tão profundo sem produzir consequências drásticas, que foram denunciadas pelo Sinait, dentro e fora do país, pois significam interferência

nefasta na fiscalização e descumprimento de convenções internacionais ratificadas pelo governo brasileiro.

A cereja do bolo foi a edição da Portaria 1.129, uma aberração condenada por todos os organismos envolvidos na causa da erradicação do trabalho escravo no Brasil e no mundo. O Poder Executivo passou por cima da Constituição Federal, pela enésima vez! Passou por cima da Lei e de Acordos e Convenções da OIT e do Mercosul. Usurpou competências do Poder Legislativo, ao tentar reduzir o conceito de trabalho escravo inscrito no artigo 149 do Código Penal. Buscou retroagir o conceito aos tempos do Brasil Colônia, anterior à Lei Áurea, quando a escravidão tinha como principal característica a restrição da liberdade. Ignorou a evolução dos direitos sociais, trabalhistas e humanos dos Séculos 20 e 21, fruto da luta e da vida de trabalhadores em todo o mundo.

A Portaria 1.129 avança sobre a autonomia e independência de ação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, de forma inadmissível. A sanha de interferir na fiscalização é tão forte que a Portaria comete erros grosseiros, como exigir Boletim de Ocorrência para validar o flagrante do trabalho escravo na ação fiscal, o que não se aplica às Polícias Federal e Rodoviária Federal, parceiros habituais que não usam esse expediente.

Também afronta a fiscalização e a sociedade ao tornar a Lista Suja um instrumento político, retirando-lhe qualquer efetividade possível. A Lista Suja é reconhecida internacionalmente como um dos instrumentos mais eficazes de inibição da prática do trabalho escravo. É odiada pelos empresários inescrupulosos, pois fecha a torneira do financiamento público. Para a Portaria 1129 só enxergamos um destino possível: a lata do lixo.

O mais recente ataque contra os servidores públicos foi a edição da Medida Provisória 805, que desafia o direito adquirido ao desconsiderar a lei e arrochar o servidor público, condenando-o pela situação fiscal do país, causada pela lama da corrupção, pela complacência com os sonegadores e devedores de tributos, pelas reiteradas benesses fiscais concedidas em desfavor do orçamento público e da sociedade. O Sinait lutará ao lado de

todos os servidores públicos, no âmbito do FONACATE, FONASEF e FÓRUM FISCO, para abrir os olhos da população e mostrar quem são os ratos que estão a corroer o patrimônio de toda a sociedade. Os servidores viraram alvo porque naturalmente, por obrigação de seus ofícios, parte deles a quase totalidade das muitas e reiteradas punições aos criminosos poderosos.

Queremos dizer ao governo e à sociedade que não estamos passivos diante dessa violência aos servidores e ao serviço público, mais ainda quanto ao desrespeito ao acordo firmado ao final de mais de dois anos de negociação com a nossa categoria, e que ainda segue com muitas e importantes pendências.

O governo deve aos trabalhadores medidas efetivas para conferir independência e autonomia à Inspeção do Trabalho. Deve, por obrigação legal, a Lei Orgânica do Fisco, a regulamentação da Indenização de Fronteira e do Bônus de Eficiência e Produtividade, a solução da progressão e promoção na carreira, assim como da remoção dos AFT. Deve e cobramos de maneira contundente RESPEITO. A nós, aos trabalhadores, do setor público e privado, à sociedade.

Estamos fazendo frente a esses desmandos, política, administrativa e judicialmente. Há leis, há Constituição Federal, há um Estado Democrático de Direito. O governo está a serviço do capital, cumprindo uma agenda exclusiva do mercado, afundado em corrupção, desmantelando o serviço público e desconsiderando as necessidades do povo. Não fazemos nem faremos parte disso! Sabemos muito bem de nossas obrigações e direitos, e por eles estamos lutando, honesta e incansavelmente.

O momento atual é muito difícil, colegas Auditores-Fiscais do Trabalho, colegas sindicalistas, autoridades, amigos. Para todos. E ainda há muitos outros projetos a enfrentar, como a reforma da Previdência, a redução do conceito de trabalho escravo, a MP 808 (complementação da reforma trabalhista), proposta de sustação da Norma Regulamentadora nº 12, as ameaças ao tripartismo na construção de normas de segurança e saúde do trabalho.

Não vislumbramos quaisquer facilidades, mas não cogitamos o menor recuo. A fiscalização é atividade fundamental para a sociedade e também para o Estado. Tudo fazemos para manter sua força e alcance. Resistimos, como sempre o fizemos, a pressões de setores que, historicamente, se opõem à manutenção e ampliação de direitos de trabalhadores e servidores públicos. Essa é nossa rotina, cuja perspectiva é permanecer assim por tempo indeterminado.

Para os Auditores-Fiscais do Trabalho que ainda não perceberam que o imobilismo será nosso túmulo, é hora de acordar. Cada um tem um papel a cumprir, importante e fundamental para fortalecer a coletividade. Passado o momento eleitoral, que naturalmente acirra diferenças e ânimos, é hora de união pela nossa carreira.

Nosso capital é nosso trabalho, a credibilidade que construímos e consolidamos. Entretanto, o que não é alimentado morre. Para exigir o respeito a que fazemos jus por nossa história, forjada desde sempre na luta em favor dos trabalhadores brasileiros, é necessário continuar e revitalizar a luta, estar presentes e atuantes.

Foi assim que a Auditoria-Fiscal do Trabalho chegou ao patamar de carreira de Estado. Nada nos foi dado. Tudo foi conquistado, e agora não será diferente. O governo não vai nos facilitar coisa alguma, como já ficou bem claro, e não nos permite ilusões. Precisamos de ações perspicazes e inteligentes, para reagir a todas as políticas que estão em curso e às que certamente ainda virão, porque essa é claramente a política do governo.

O chamado do Sinait é de luta, de resistência.

É uma mensagem de união para fazer frente às trágicas medidas contra a dignidade do ser humano, sejam servidores públicos, sejam trabalhadores da iniciativa privada.

Somos uma entidade pulsante, fazemos a defesa da vida, do trabalho digno, da liberdade, do serviço público gratuito e eficiente. Essas são bandeiras

permanentes e universais, coerentes com a natureza da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Estamos convictos de que estamos do lado certo da história.

Boa noite a todos.